



## IMPLICAÇÕES DA VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS ASPECTOS DE RENDA E ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Kiara Bevilaqua <sup>1</sup>

Rozane Márcia Triches <sup>2</sup>

O Estado passou a elaborar políticas com base nos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional, com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que após a Lei nº 11947/2009, estabelece que no mínimo 30% dos recursos repassados aos municípios destinem-se à aquisição de produtos da agricultura familiar. Entretanto, dificuldades para comercialização como a burocracia dos processos, a logística, e principalmente, a organização dos agricultores ainda são barreiras a serem transpostas. O Objetivo foi investigar as implicações da venda de gêneros alimentícios para o Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado estudo de caso de análise qualitativa em dois municípios paranaenses: um na região oeste do estado, com mais de 80.000 habitantes e outro na região sudoeste, com menos de 80.000. Foram realizadas entrevistas com sete agricultores, cinco mediadores e onze gestores públicos, analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo. Em relação à renda, há uma perspectiva mais positiva dos agricultores do município maior, localizado na região oeste paranaense em investir na sua propriedade, pela possibilidade de alcançar um valor maior comercializando para o PNAE mesmo que o preço pago não seja muito atrativo. Apesar disso, o município possui uma demanda de alimentos que não é atendida de forma satisfatória com relação à quantidade, variedade e regularidade pela produção local. No município menor, os agricultores vêm este mercado com menos otimismo, já que as demandas seriam menores, pouco representando esse mercado em relação à renda para potencial investimento. Estas perspectivas parecem influenciar na organização. Mesmo considerando que a compra formal é uma exigência para aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios onde o recurso utilizado ultrapasse os R\$ 100.000,00, caso observado no

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Nutrição, Campus Realeza, UFFS, Bolsista do Programa UFFS.  
[kiarabe@hotmail.com](mailto:kiarabe@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora, Doutora em Desenvolvimento Rural, Curso de Nutrição, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Realeza. [rozane.triches@uffs.edu.br](mailto:rozane.triches@uffs.edu.br)

município maior, houve uma mobilização para a formação de cooperativa de agricultores familiares que até então não existiam. Já no município menor, a mobilização não teve o mesmo ímpeto e interesse dos agricultores, mesmo com uma cooperativa pré-existente. Foram fatores determinantes para esta organização dos agricultores e de seu acesso ao PNAE, a “vontade política” existente em cada local, o comprometimento dos mediadores (extensão rural e lideranças) e a percepção da importância e do conhecimento do processo pelos técnicos e gestores. O estudo demonstra que o PNAE propiciou auxílio na renda e incentivo à organização dos agricultores de ambos os locais, mas ainda de forma tímida. Além disso, demonstra diferentes nuances em sua implementação entre os municípios estudados.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; desenvolvimento rural; políticas públicas; alimentação escolar; segurança alimentar e nutricional.